

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA E BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Fábio Alan da Silva Gama  
Ivandro Gomes Almeida

**Do Ensino Médio ao Ensino Superior: desafios e perspectivas dos alunos do  
3º ano, da Escola Estadual Everaldo da Silva Vasconcelos**

MACAPÁ-AP  
2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA E BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Fábio Alan da Silva Gama  
Ivandro Gomes Almeida

**Do Ensino Médio ao Ensino Superior: desafios e perspectivas dos alunos do  
3º ano, da Escola Estadual Everaldo da Silva Vasconcelos**

Artigo Científico apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso com vistas à obtenção do título de graduação no Curso de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais, orientado pelo professor Me. Luciano Magnus de Araújo.

MACAPÁ-AP  
2017

## RESUMO

Tomando como parâmetro as dificuldades enfrentadas por alunos concluintes do Ensino Médio, da Escola Estadual Everaldo da Silva Vasconcelos Júnior, localizada no município de Santana-AP, quanto ao ingresso no Ensino Superior, evidenciou-se um conjunto de problemáticas existente na referida escola, a partir de instrumentos de coletas de dados como entrevistas e questionários realizados com alunos, professores e corpo técnico. Com base nas amostras e em informações contidas no Projeto Político Pedagógico da escola, assim como em referenciais acerca da escola de periferia no Brasil, foi possível construir um quadro teórico apontando as desigualdades existentes entre as escolas de centro e periferia e os desafios e perspectivas da escola-campo quanto à promoção de uma educação de qualidade, a contento das necessidades dos alunos, preparando-os para o ingresso no ensino superior.

**Palavras-Chave:** Escola Pública. Periferia. Qualidade. Desafios. Ensino Superior.

## INTRODUÇÃO

O desenvolvimento de uma abordagem acerca das problemáticas evidenciadas na formação do aluno, configurando dificuldades de acesso ao ensino superior, serve como parâmetro de análise diante da realidade enfrentada pela escola pública brasileira, em especial as escolas de periferia, cujos problemas se agravam em proporções bem maiores se relacionados às escolas de centro.

Nesse sentido, o artigo ora apresentado tem por escopo socializar os resultados das investigações realizadas na Escola Estadual Everaldo da Silva Vasconcelos, na perspectiva de identificar os principais fatores que dificultam o acesso dos alunos concluintes do Ensino Médio a ingressarem na universidade, contribuindo, dessa forma, com o levantamento de indicadores sociais que podem contribuir substancialmente com a melhoria da qualidade da educação na referida escola.

Para tanto, foi imprescindível o estudo sobre a escola pública brasileira no que diz respeito à qualidade do ensino, salientando a importância de recursos materiais e humanos, indispensáveis ao processo educativo.

Nesse fito, a pesquisa compreendeu os focos qualitativo e quantitativo, de forma a contribuir com a verificação de indicadores responsáveis pela problemática ora apresentada e com a sua solução, através de uma análise que permita não apenas o diagnóstico do problema, mas a sua superação, com ênfase na realidade material dos sujeitos envolvidos. É nessa perspectiva que a abordagem sociológica exerce papel de destaque: por evidenciar os fatores relacionados ao universo sociocultural dos alunos, bem como sobre a realidade da escola pública, cuja análise se dará não apenas em âmbito pedagógico, mas sociológico e político.

## 1. A ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

A escola pública brasileira, segundo levantamentos realizados pelo Programa Nacional de Avaliação de Alunos (PISA), em 2012, aponta graves problemas quanto ao desempenho acadêmico de nossos alunos, pois *está abaixo de países de nível de desenvolvimento econômico semelhante ou até mais pobres do que o Brasil, como Costa Rica, Argentina, Chile ou Tailândia*. Para melhor compreender os números da pesquisa, eis alguns dados:

Na pesquisa, 49,2% dos alunos brasileiros de 15 anos de idade (e que, portanto, deveriam já ter concluído o ensino fundamental) não foram capazes de deduzir informações básicas ao ler um texto, não conseguem estabelecer relações entre diferentes partes do texto e não são capazes compreender nuances da linguagem. Entre os alunos de 65 países avaliados, os brasileiros ficaram em 55º lugar do ranking de leitura do Pisa 2012. No ensino da Matemática, nossos resultados são ainda piores. Praticamente, dois de cada três alunos brasileiros de 15 anos não são capazes de entender percentuais, frações ou gráficos. Consequentemente, esses alunos não conseguem deduzir situações que exigem apenas interpretação direta da informação dada. O Brasil ficou em 58º lugar no ranking internacional de Matemática do Pisa 2012, entre os 65 países avaliados (CENEVIVA, 2014).

As informações encimadas evidenciam um problema gravíssimo em relação às duas disciplinas críticas de maior carga horária do currículo: a Língua Portuguesa e a Matemática. Ressalta-se, aqui, a relevância dessas disciplinas na construção do raciocínio lógico, indispensável à leitura de qualquer componente curricular.

O Plano Nacional de Educação estabeleceu metas audaciosas em relação ao atendimento adequado e de qualidade das nossas escolas. Tais metas só serão viáveis mediante a clareza dos objetivos a serem atingidos. Destarte, é imprescindível que haja o comprometimento da União, de Estados e Municípios para que *seja realizado um trabalho sistemático e intencional visando a melhoria da qualidade da formação inicial e continuada dos docentes* (CENEVIVA, 2014).

Diante do exposto, é lamentável admitir que a realidade brasileira caminha na antípoda da solução dessas problemáticas. O congelamento de investimentos em Educação, resultante da política de Estado Mínimo imposta pelo governo federal, só tende a aumentar os problemas existentes, dificultando, assim, o alcance de soluções. Ademais, acentua a responsabilidade do professor ante os problemas crônicos da Educação Básica.

Um olhar acurado sobre a escola pública tem revelado a instalação cada vez maior de oficinas de letramento e matemática e as tradicionais aulas de reforço. Dessa forma, a escola,

além de promover o ensino regular, ainda se vê obrigada a oferecer tais ações em virtude da precarização dos serviços educacionais promovida pelo Estado Mínimo e pela carência de ações de combate efetivo ao analfabetismo funcional. Ações voltadas ao letramento e ao raciocínio lógico constituem a base de uma educação que se propõe qualitativa.

Todavia, as raízes do problema não estão apenas na esfera macro. É importante dimensionar e apontar outros sujeitos e instituições que se somam a isso:

Números indicam que mais de 60% dos alunos do quinto ano têm dificuldades em interpretar um texto simples e realizar cálculos matemáticos básicos. Esses dados revelam o que educadores, pais e estudantes já sabiam: a educação do nosso país está passando por uma crise. Os motivos para esse problema são muitos, mas a falta de autoridade dos pais sobre os filhos, a transferência da responsabilidade da educação para a escola e a falta de recursos por parte das escolas são considerados os principais para essa crise (GROSSI, 2015).

Como se pode notar, várias são as razões da crise enfrentada pela escola pública brasileira no que tange à formação do aluno, o que requer uma ação sincronizada entre os diferentes sujeitos envolvidos no processo, bem como as instituições públicas responsáveis pelo caráter mantenedor da Educação Básica.

### **1.1 Localização Espacial da Escola: desigualdades e contradições**

Em sua análise sociológica acerca da distribuição espacial e social de escolas localizadas em áreas centrais e na periferia de Londrina, Souza (2011) afirma que o centro da cidade concentra um número bastante reduzido de escolas, se comparado às periféricas. Das 52 escolas públicas estaduais, de Ensino Médio, apenas 6 escolas estão no centro. As demais estão na periferia.

Interessante se faz relacionar as informações supramencionadas com a realidade do município de Santana-AP, onde se localiza a escola-campo. Das 39 escolas estaduais, apenas duas estão localizadas em áreas centrais: as escolas Augusto Antunes e Barroso Tostes, ambas atendem somente a modalidade do Ensino Médio. A Escola Estadual Everaldo da Silva Vasconcelos faz parte das demais escolas localizadas fora do eixo central.

Aparentemente, tais informações não têm maior relevância. Entretanto, a autora encimada afirma que *esses dados nos dão um pequeno parâmetro das disparidades entre os alunos que estudam em diferentes regiões. Podemos perceber, também, que há diferenças de alfabetização entre os alunos de escolas que ocupam espaços distintos nesta amostra* (SOUZA, 2011).

A realidade apresentada pela pesquisadora, também se constata no município de Santana. Embora não tenhamos encontrado informações acerca do desempenho das escolas centrais de Santana, quanto ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), verifica-se, tradicionalmente, que os alunos oriundos dessas escolas apresentam melhores resultados no ENEM e, com isso, adentram no ensino superior, diferindo do que se observa em relação ao desempenho dos alunos de escolas periféricas, cujo número de aprovados, pelo ENEM, é bastante reduzido.

Outra situação que é muito peculiar a esse universo de estudantes de escolas periféricas é o fato de que muitos deles acabam por não realizar novamente o ENEM, constituindo uma demanda de concluinte da Educação Básica que não entrará na universidade.

É com base nas dificuldades enfrentadas por esses alunos de escolas periféricas que a pesquisa se propõe a analisar, reconhecendo suas causas e apontando caminhos para a superação dos problemas, entendendo que escola, governo e sociedade, entendida aqui enquanto a comunidade escolar, possuem papéis bem definidos nessa tarefa conjunta de promover uma educação de qualidade ao filho da escola pública. Com base no exposto,

(...) observa-se que os problemas de acesso e permanência na escola concentram-se exatamente nos espaços urbanos onde concentram os sujeitos/famílias de baixa renda. Parece que esses dados evidenciam o que já estava claro a tendência da marginalização da classe trabalhadora. Devemos buscar entender como acontece esse processo e quais as consequências disso, através do ensino de sociologia (SOUZA, 2011, p. 8).

Com base no exposto, é pertinente questionar se a aprendizagem está condicionada à localização geográfica da escola. Nesse aspecto, a estudiosa faz a seguinte pergunta: *a formação do indivíduo como um todo em suas dimensões política e social depende do lugar que ocupa? Não podemos compreender essa pergunta de forma mecânica, mas sim de forma processual* (SOUZA, 2011).

Diante desses questionamentos, é importante salientar que *o espaço escolar não está desvinculado da sociedade da qual faz parte* (SOUZA, 2011). Por mais que nos esforcemos em conceber uma realidade distinta daquela que se materializa nos contrastes e desigualdades entre as escolas de centro e periferia, não há como negar a influência dessas disparidades nos resultados alcançados pelos alunos, o que nos leva à construção de algumas inferências

relacionadas à forma como a localização geográfica, no contexto de urbanização e disposição das escolas no espaço, contribui para eclosão dessas desigualdades.

Um importante indicador, que também está relacionado à qualidade do ensino, tem a ver com o acompanhamento dado, pela família, ao aluno. Tal prática é mais comum nas escolas centrais, cujo perfil socioeconômico dos alunos é consideravelmente melhor se comparado aos alunos da periferia (SOUZA, 2011).

É associando os dois modelos que se compreende melhor como as relações da escola e da sociedade se transformam. De um lado, a escola de massas não é a escola da igualdade; de outro, a massificação que aumenta a prevalência dos diplomas no ingresso ao emprego. Assim, a exclusão escolar, considerada sob o ângulo de um fracasso escolar importante, provoca ipso facto uma relativa exclusão social. (DUBET, 2003, p. 34).

Observa-se, portanto, que a escola pública apresenta contrastes e desigualdades que precisam ser superados. Se é verdade que a escola de periferia apresenta condições desfavoráveis ao processo educativo, evidenciar essas razões constitui o primeiro passo na tentativa de atenuar esses impactos. Sobre essas contradições, o autor faz a seguinte afirmação:

No final das contas, os alunos mais favorecidos socialmente, que dispõem de maiores recursos para o sucesso, são também privilegiados por um conjunto de mecanismos sutis, próprio do funcionamento da escola, que beneficia os mais beneficiados. Essas estratégias escolares aprofundam as desigualdades e acentuam a exclusão escolar na medida em que mobilizam, junto aos pais, algo que não é só o capital cultural, este entendido como um conjunto de disposições e de capacidades, especialmente lingüísticas. (DUBET, 2003, p. 36).

Embora não haja uma ampla discussão teórica sobre o espaço e a escola, no marco sociológico, atuamos na perspectiva de relacionar as teorias que encontramos, estabelecendo links e sentidos.

Dependendo da localização espacial em que a escola está inserida, esta apresentará maiores ou menores contradições, *não é por acaso que há desigualdades entre escolas de uma mesma cidade que deveria receber políticas públicas iguais, porém o que vemos é uma discriminação dos lugares que ficam a margem da cidade e das pessoas que nelas habitam, ou seja, a maioria negra e pobre* (SOUZA, 2011).

Evidenciar essa realidade e empreender esforços na construção de mecanismos que ajudem a transcender os fatores que obstaculizam a qualidade educacional dos alunos de

escolas periféricas, constitui uma importante contribuição com os serviços prestados pela escola pública aos filhos da classe trabalhadora, marginalizados sistemicamente. Dessa forma, pretende-se contribuir com a sua inserção no ensino superior.

## **2. DESAFIOS DA ESCOLA DE PERIFERIA NA PROMOÇÃO DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO**

A sociedade brasileira vivencia um quadro socioeconômico e político, de profundas instabilidades e incertezas. Tal quadro constitui um imponente obstáculo ante a perspectiva educacional, à medida que se impõe um cenário pautado em redução orçamentária e o consequente corte de investimentos na área, cuja consequência tende a ser a precarização dos serviços ofertados pela escola pública.

Por consequência direta, crianças e adolescentes oriundas de classes menos favorecidas são as que mais sofrem o desmazelo do estado. De fato, torna-se evidente a direta relação do capital e de sua força na construção do saber voltado e pautado para a formação desses indivíduos.

A noção de capital cultural impor-se, principalmente, como uma hipótese indispensável para dar conta de desigualdade de desempenho escolar de crianças provenientes das diferentes classes sociais, relacionando o “sucesso escolar”, ou seja, os benefícios específicos que as crianças das diferentes classes e frações de classe podem obter no mercado escolar, à distribuição do capital cultural entre as classes e frações de classe. Este ponto de partida implica em uma ruptura com os pressupostos inerentes, tanto à visão comum que considera o sucesso ou fracasso escolar como eleito das “aptidões” naturais, quanto às teorias do “capital humano”. (BOURDIEU, 2014, p. 73)

Todavia, apontar indicadores negativos requer um desafio ainda maior por parte daqueles que constroem a educação no Brasil, de quem está no seio da escola, em atividades gestoras, no âmbito técnico e docente. Destarte, é salutar o repensar de políticas educacionais com eficiência e eficácia, mesmo diante de um quadro tão contraditório.

Diante dos desafios da sociedade contemporânea e, especialmente, do ensino no Brasil, que objetivos educacionais devem ser estabelecidos para uma educação pública de qualidade? Que diretrizes e pressupostos fundamentais devem guiar a prática educativa, a fim de construir uma sociedade democrática e igualitária? Que cidadão se quer formar? Que preparação os alunos precisam ter para a vida produtiva em uma sociedade técnico-informacional? Não é tarefa fácil responder a essas questões, sobretudo porque, como vimos o quadro econômico, político, social e educacional, é bastante complexo e contraditório (LIBÂNEO, 2017, p. 25).

Observa-se que o autor não só reafirma a reflexão ora apresentada, como alude para a necessidade de refletirmos acerca dos objetivos a serem estabelecidos na construção de uma educação pública de qualidade, em prol de uma sociedade democrática e igualitária. Tais reflexões oportunizam o repensar sobre o cidadão que a escola pública pretende formar, dentro de um cenário problemático, permeado de desafios e dificuldades.

Essas dificuldades se agravam, ainda mais, quando se coloca em pauta as contradições existentes entre as escolas de periferia e as centrais. Isso porque, segundo apontam alguns estudiosos, *há disparidades entre os alunos que estudam em diferentes regiões. Podemos perceber, também, que há diferenças de alfabetização* (SOUZA, 2011).

Nesse sentido, os desafios da escola periférica possuem uma dimensão bem maior se comparados às escolas centrais, à medida que concentra um número maior de problemáticas, dadas tanto por razões atinentes à sua localização espacial, quanto às condições socioeconômicas da comunidade escolar, que tende a ser mais vulnerável nas regiões periféricas.

É enorme o número de crianças e jovens ,que cedo, saem de suas casas para trabalhar, na intenção de ajudar seus pais no sustento de seus lares, ocasionando resultados catastróficos para o bom desempenho dos mesmos na escola. O tempo disponível acaba sendo direcionado para outros fins, que não o escolar.

Para BOURDIEU, *a maior parte das propriedades do capital cultural pode inferir-se do fato de que, em seu estado fundamental, está ligado ao corpo e pressupõe sua incorporação. A acumulação de capital cultural exige uma incorporação que, enquanto pressupõe um trabalho de inculcação e de assimilação, custa tempo que deve ser investido pessoalmente pelo investidor (tal como o bronzeamento, essa incorporação não pode efetuar-se por procuração). Sendo pessoal, o trabalho de aquisição é um trabalho do “sujeito” sobre si mesmo (fala-se em cultivar-se). O capital cultural é um ter que se tomou ser, uma propriedade que se fez corpo e tornou-se parte integrada da “pessoa”, um habitus. Aquele que o possui “pagou com sua própria pessoa” e com aquilo que tem de mais pessoal, seu tempo.*

Encontra-se, aí, a presença do fator sociológico, cujas implicações são bastante visíveis no contexto educacional, uma vez que a escola é o reflexo das contradições sociais e de classe. Quando se trata da escola pública, tais contradições aumentam ainda mais e tendem a se expandir, se comparadas às escolas cuja demanda de alunos apresenta melhores condições socioeconômicas.

As dificuldades em realizar uma Escola Pública, que assuma as responsabilidades sociais que lhe cabem, são, em primeiro lugar, dificuldades de carácter político. Dizem respeito ao modo como governantes, cidadãos e profissionais do ensino tendem a promover diferentes tipos de interpretações acerca do mandato educativo dessa Escola, confrontando-se, então, perspectivas diversas e contraditórias que decorrem da adopção de visões distintas da vida, do mundo e da sociedade (COSME: 2005, páginas. Edições nº 142).

Como se pode notar, a escola pública como um todo apresenta enormes dificuldades. Isso faz com que os desafios na promoção de uma educação qualitativa sejam maiores, ainda. A escola campo de nossa pesquisa apresenta um conjunto de fatores que obstaculizam a qualidade da educação, isso porque

Quando nos referimos à escola de periferia chamamos a atenção para um local que apresenta uma problemática bem complexa e específica. Nessas escolas, o contexto social, económico e político interfere no trabalho do professor e no processo de aprendizagem dos alunos. Nos professores, gera sentimentos de frustração, insatisfação e angústia, porque não conseguem desenvolver o que planejam, enfrentam situações imprevistas que desestabilizam o trabalho de sala de aula, dentre outras coisas. Nos alunos, gera dificuldades para a sua vida escolar, pois desde cedo precisam trabalhar para ajudar no sustento da família (a criança apresenta desânimo, cansaço, apatia, dificuldades de atenção e concentração). A síntese dos diferentes modos de viver esse contexto, pelos sujeitos que o constituem, se mostra na diferença entre culturas e valores, nos conflitos entre perspectivas de vida distintas, etc. (VALIATI: 1995, p. 2).

Ao tomar como parâmetros social, económico e político, atentando para a forma como estes influenciam nas condições de trabalho do professor e na vida dos alunos, a autora evidencia, também, as mazelas educacionais dimanadas por esses fatores, incidindo, diretamente, sobre a qualidade da escola, o que nos leva à inferência de que os parâmetros utilizados na análise, estão estreitamente relacionados. Tal relação desvela, por outro lado, a imponência do aspecto político na perspectiva de resolução dos problemas evidenciados, graças ao importante papel da União, de estados e municípios enquanto entes mantenedores da educação pública.

### **3. DESAFIOS EDUCACIONAIS DA ESCOLA ESTADUAL EVERALDO DA SILVA VASCONCELOS JÚNIOR**

A Escola Estadual Everaldo da Silva Vasconcelos Júnior, criada pelo Decreto 2242/93, pelo Governo do Estado do Amapá (GEA), localizada no município de Santana-AP, está situada no bairro Paraíso, em uma comunidade vulnerável sob a ótica socioeconómica,

que sofre com o descaso do poder público no que diz respeito à promoção de saúde, educação e qualidade de vida.

O referido bairro é constituído por doze avenidas e sete ruas, com pavimentação precária. Possui quatro escolas municipais e quatro estaduais, atendendo uma demanda educacional bem vasta, de crianças, jovens e adultos das redondezas.

De acordo com o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola, o sistema de transporte público é precário, com ônibus sucateados. Com isso, o principal meio de transporte dos alunos é a bicicleta. Outro problema tem a com a falta de coleta regular de lixo:

Quanto à questão de saneamento, percebe-se que a população é mal assistida, a coleta de lixo é realizada com pouca frequência, prevalecendo a presença constante de lixo acumulado nas ruas. Em relação às condições de moradia, a população reside em casas de alvenaria (...) nas áreas mais críticas do bairro a população ainda reside em casas de madeira, sendo algumas construídas em áreas de ressaca, sem infraestrutura necessária para que as famílias vivam com dignidade (PPP: 2015, p. 7).

Outra importante informação mencionada pelo PPP é sobre a grande incidência de trabalhadores comerciários na comunidade de pais e alunos, o que se justifica pela escassez de empresas locais e a manutenção das atividades centradas no comércio. Alguns alunos também são assistidos por programas sociais.

Um sério problema enfrentado no interior e exterior da escola é a violência, principalmente nos turnos matutino e vespertino, somado à insuficiente estrutura física. Este problema decorre do fato de a escola ter sido projetada para atender à demanda do Ensino Fundamental. Todavia, com o reordenamento e a crescente demanda do Ensino Médio, acabou por compreender essa modalidade, também. Como a estrutura física não acompanhou esse reordenamento, os problemas estruturais cresceram.

Com base na demanda escolar, a escola é bem diversificada, atendendo alunos de 10 a 15 anos de idade, no Ensino Fundamental. Quanto ao Ensino Médio,

(...) a clientela é composta predominantemente por adolescentes, jovens e adultos. Esses alunos são oriundos de famílias pobres e vivem uma relação paradoxal com a escola, pois anseiam por uma instituição que lhes vinculem de forma imediata ao mundo do trabalho e que tenha, ao mesmo tempo, tudo a ver com suas experiências presentes. (...) O que se verifica no Ensino Médio é que este é formado por um público extremamente diverso. Enquanto alguns vivenciam esse período como um tempo de liberdade, de experiências inovadoras e, até mesmo, um período que predomina a falta de responsabilidade, outros já estão buscando oportunidades ou já estão inseridos no mercado de trabalho. Alguns alunos até mesmo deixam à escola para conseguir emprego, outros até tentam conciliar estudo e trabalho, mas grande parte acaba abandonando a escola por não conseguir tal tarefa, ou seja, o trabalho (PPP: 2015, p. 8, 9).

A partir das informações contidas no PPP da escola, constata-se um conjunto de problemáticas em âmbito estrutural e socioeconômica, servindo como indicadores fundamentais à nossa abordagem, uma vez que nos permitem visualizar a escola e a demanda assistida. Entretanto, há outros importantes fatores que precisam ser enfocados. Dentre eles, a participação da comunidade, a estrutura de recursos materiais da escola, a prática profissional dos professores e demais profissionais que atuam no ambiente escolar.

É salutar mencionar todos esses fatores e sujeitos, pois a educação não se constrói tão somente na concretude da sala de aula e nas relações professor-aluno, mas em um conjunto de ações estruturadas e direcionadas por sujeitos que estão localizados na base da estrutura educacional, que no interior das escolas precisam desenvolver suas funções em sintonia com os demais colegas de trabalho, tendo como foco, a qualidade do ensino e as necessidades dos alunos.

Por essa razão, é importante haver um diálogo entre os diferentes setores no ambiente escolar, permitindo uma comunicação, alicerçada em relações dialógicas entre os sujeitos educativos, haja vista que a educação se constitui como “centro mediador da vida social”, sendo a comunicação um elemento chave na atual conjuntura, pois

A contemporaneidade é a época da industrialização, dos direitos, das massas, da democracia e principalmente da retomada da educação como centro mediador da vida social. Nesse novo contexto emerge novos sujeitos educativos; a criança, a mulher, o deficiente e depois – em épocas mais próximas a nossa geração – as etnias e minorias culturais. Esses novos sujeitos educativos acrescentaram novos desafios para as teorias e práticas educativas, exigindo da pedagogia uma renovação nos seus modelos educativos e nos conceitos (OLIVEIRA, 2011, p. 8).

Novos desafios são demandados pela contemporaneidade. O olhar sociológico sobre os sujeitos educativos nos permite caracterizar uma pluralidade ascendente, com a afirmação identitária de diferentes sujeitos educativos e suas necessidades específicas.

A escola, nesse sentido, precisa acordar para essa realidade multifacetada, compreendendo a dinâmica de seus sujeitos, buscando repostas a essa pluralidade, com vistas a reforçar o conteúdo simbólico de suas representações ideológicas e imagéticas.

A escola, e, principalmente os professores, encontrarão em suas salas uma população discente cada vez mais heterogênea, que engloba um conjunto de alunos com necessidades educacionais especiais, temporárias ou não, às quais, os professores terão, necessariamente, de responder. Assim a escola deverá desempenhar um novo papel: servir de palco à diversidade cultural e educacional que a realidade dos dias atuais lhe confere (MAGALHÃES: 2002, p.16).

Diante das informações contidas no PPP da escola-campo, a variedade da demanda discente é parte desse debate acerca dos desafios educacionais da contemporaneidade, haja vista que é necessário olhar, com acuidade, às expectativas desses sujeitos a partir da materialidade de suas relações sociais e culturais, proporcionando-lhes uma formação digna, promovendo princípios de igualdade, qualidade e oportunidades.

É no campo das oportunidades que pretendemos construir caminhos que viabilizem a qualidade do ensino, em todas as suas dimensões educacionais, ofertando condições de acesso ao Ensino Superior. Para tanto, é necessário responder, ainda, a alguns desafios presentes no cotidiano da escola, dentre os quais, incentivar e efetivar a participação dos responsáveis quanto ao acompanhamento dos alunos, em casa e na escola, haja vista que

A participação dos pais na escola é um fator primordial e de relevância, e cabe ao coordenador articular encontros para combater certa compreensão, ainda presente entre alguns pais, de que cabe à escola toda a responsabilidade pela educação dos filhos e que por isso podem isentar-se de acompanhar seu desempenho, como também não participar das decisões tomadas dentro do espaço escolar (FRANCO, 2015, p. 4).

Segundo o PPP da escola-campo, a participação dos responsáveis se dá em momentos pontuais *como reuniões gerais, plantões pedagógicos para a entrega de notas, mediante convocação da coordenação pedagógica*. Em casos de necessidades disciplinares, os pais apresentam maior resistência quanto ao acompanhamento. Ademais, professores e serviço técnico diagnosticaram um sério problema: *os alunos se eximem em atender as expectativas da escola, não cumprindo as regras; apresentam dificuldades quanto ao desenvolvimento cognitivo, culminando em baixo rendimento e, conseqüentemente, há a proliferação de mão de obra “barata” para o mercado*.

A escola-campo compreende o aluno como corresponsável no processo de ensino-aprendizagem. Na perspectiva de ampliar os horizontes dessa corresponsabilidade, reiteramos a importância efetiva da participação dos responsáveis, uma vez que a escola não caminha sozinha, mas com o auxílio e a cooperação de toda a sua comunidade. É necessário, pois, encontrar alternativas de mobilização da comunidade, salientando a importância desse acompanhamento efetivo para o sucesso escolar do aluno.

### **3.1 A escola-campo sob o olhar de alunos concluintes do Ensino Médio: desafios e perspectivas**

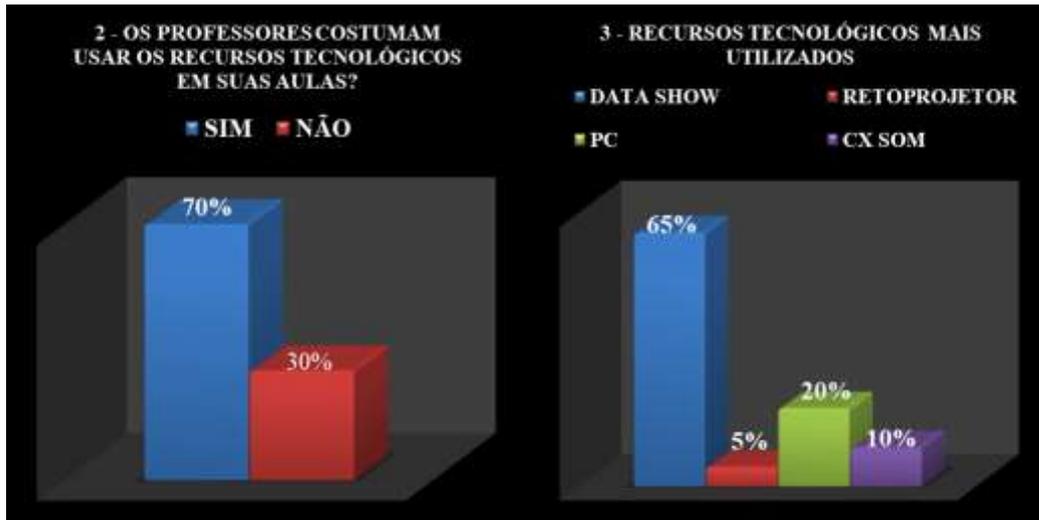
Em agosto de 2017, aplicamos um questionário a uma turma de terceiro ano do Ensino Médio, da escola Everaldo da Silva Vasconcelos Júnior, cujos alunos compreendem a faixa etária de 17 a 20 anos, com o intuito de coletar algumas informações acerca de como esses alunos compreendem a sua escola em determinados aspectos que foram direcionados nas perguntas.

É importante salientar que os alunos jamais haviam passado por uma experiência de questionário acadêmico. Nesse sentido, foi necessário adotar estratégias motivacionais para que os mesmos participassem da amostra. Constatou-se, ainda, que os alunos têm receio de apontar as dificuldades enfrentadas pela escola, seja na escassez de recursos didáticos, seja na metodologia do professor e mesmo da gestão escolar.

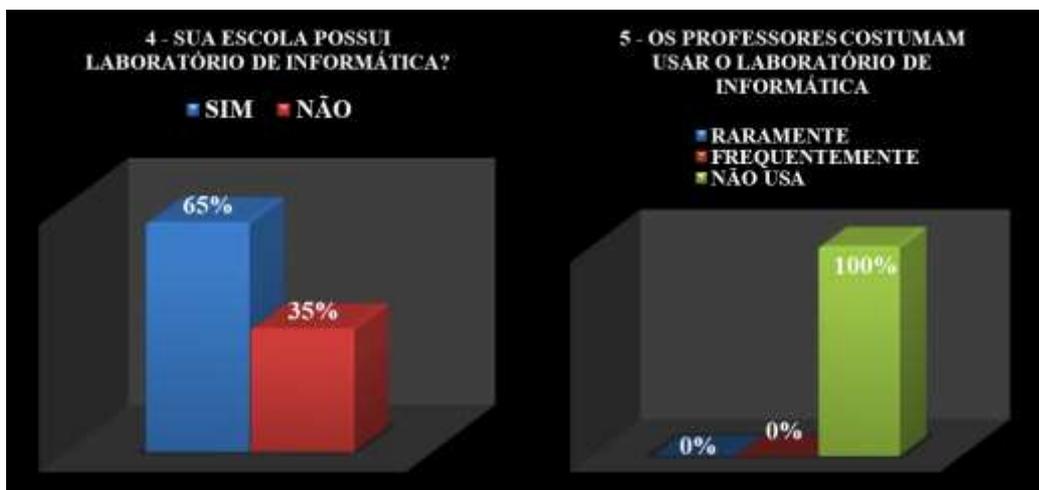
O questionário é constituído de 14 questões, com o fito de mensurar as dificuldades enfrentadas pelos alunos, bem como as condições materiais disponíveis na escola, no que tange ao ensino-aprendizagem. Para melhor demonstrar essa aferição, disponibilizamos os gráficos abaixo:



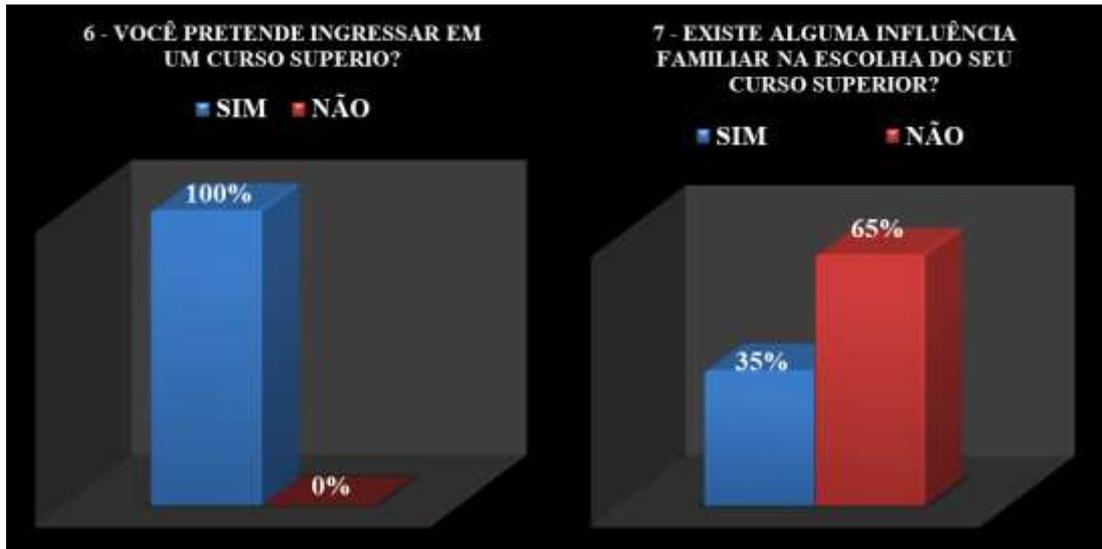
Apenas 40% dos alunos consideram o ensino bom, enquanto 40% consideram regular e apenas 20% consideram ótimo. Com isso, pode-se inferir que para a maioria, a escola oferece um bom ensino, pois dos 40% que o consideraram bom, mais 20% que o consideraram ótimo, temos um indicador de qualidade que corresponde a 60% de aprovação.



Quanto aos recursos tecnológicos, a maioria (70%) afirmou que os professores utilizam em suas aulas. Dentre esses recursos, 65% afirmaram que o data-show é o recurso mais utilizado, seguido do computador (20%), caixa de som (10%) e retroprojektor (5%).

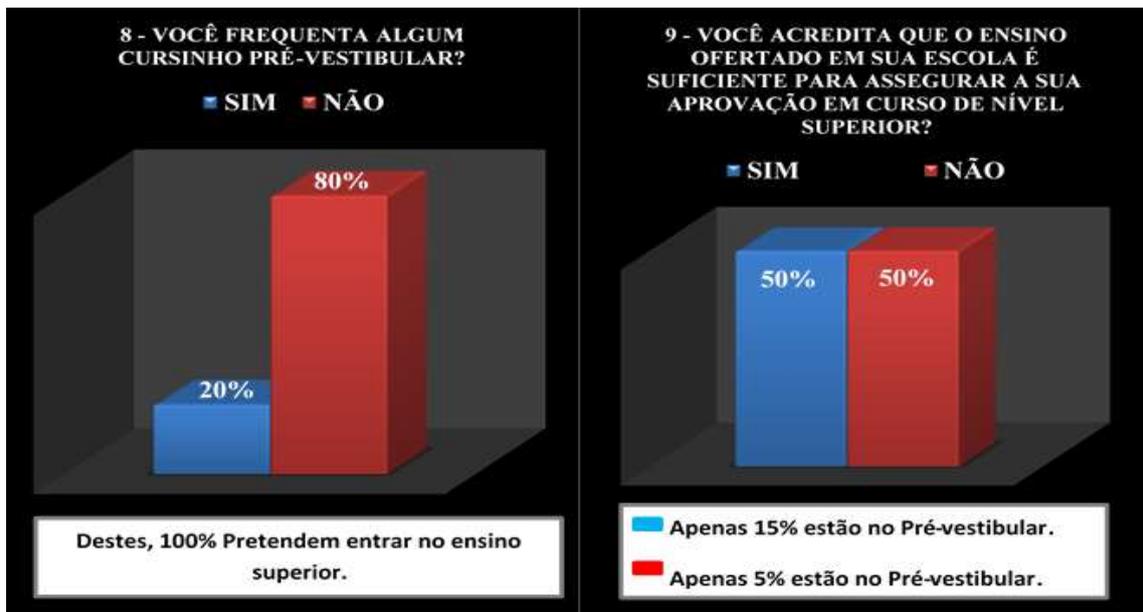


No que diz respeito ao Laboratório de Informática Educacional (LIED), 35% dos alunos desconhecia a existência do mesmo e, para a nossa surpresa e preocupação, 100% disseram que o LIED não é utilizado pelos professores em suas aulas.



Cem por cento dos alunos afirmaram que pretendem fazer um curso superior.

Dos alunos entrevistados, 65% afirmam que a família não exerce influência na escolha do curso superior, apenas 35% afirmam que sim, a família influencia.

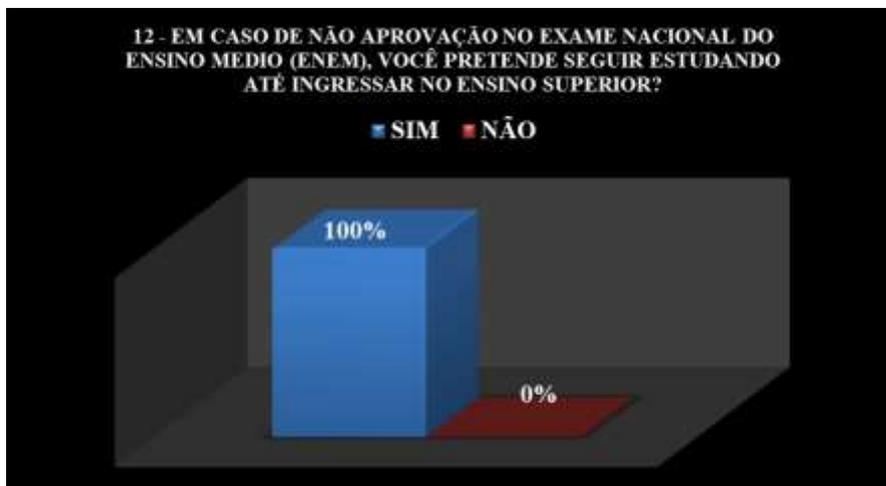


Entretanto, 80% desses alunos só têm acesso aos conteúdos curriculares vistos na escola, pois apenas 20% frequentam cursinhos pré-vestibulares.

Ainda segundo a pesquisa, metade dos alunos acredita que o ensino ofertado na escola-campo é suficiente para assegurar a sua aprovação em um curso de nível superior.



A maioria dos alunos possui internet Wi-Fi em casa. Sendo que 95% dos alunos utilizam a internet para fins escolares.



Sobre o questionamento acerca da possibilidade de não aprovação em um curso superior, com a nota do ENEM, 100% dos alunos afirmaram que pretendem seguir os estudos até ingressarem na universidade.



Questionados sobre a oferta de trabalho, antes do ingresso em um curso superior, 95% afirmaram que seguiriam trabalhando e estudando.

### 3.2 A escola-campo sob o olhar dos professores e do Serviço Técnico-Pedagógico: desafios e perspectivas

Logo após ao questionário dos alunos, realizamos uma entrevista com professores da turma e servidores que atuam no serviço técnico-pedagógico, totalizando 10 entrevistados. Evidenciou-se, dentre outras coisas, que a escola busca alternativas com o fito de proporcionar uma educação de qualidade, acreditando que isso é uma tendência progressiva. Para tanto, apontam para a necessidade de investir na estrutura da escola, física e didaticamente, investindo na qualificação dos professores e demais profissionais da educação.

Sobre as mídias educacionais existentes na escola, os entrevistados não souberam responder a frequência com que elas são utilizadas pelos professores. Alguns, entretanto, em menor quantidade, disseram que usam raramente, de forma que as aulas ainda são dadas, basicamente, com o uso do quadro branco e do livro didático.

Sobre as condições intelectivas dos alunos, bem como seu preparo para a realização do ENEM, 100% dos entrevistados alegaram que os alunos não estão preparados para enfrentar o exame, à exceção de pouquíssimos alunos. A maioria acredita que, para inverter essa situação, é necessário criar estratégias motivacionais para os alunos, com vistas a despertar o interesse e maior envolvimento dos mesmos nas atividades escolares.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso adotado para efetivarmos essa pesquisa nos permitiu alcançar relevantes informações acerca do objeto retratado, bem como dos sujeitos envolvidos. Isso foi essencial para a construção de algumas inferências sobre os problemas diagnosticados.

Encontrar soluções para ingentes desafios educacionais como a promoção da qualidade do ensino, foi a parte mais difícil de toda essa abordagem, haja vista que a escola e seus atores parecem estar condicionados a certos comportamentos arraigados à tradição conservadora, ampliando, ainda mais, os desafios ensejados.

Em síntese, destacamos alguns fatores apontados pelos entrevistados, e que têm a ver com a carência de recursos, o desvio de verbas, a falta de merenda escolar, a insuficiente estrutura física e didática da escola e o desinteresse dos alunos em relação ao ensino. Nesse aspecto, é importante frisar que grande parte dos entrevistados reconhece o desinteresse dos alunos em relação ao conteúdo das disciplinas. Segundo os professores, a maior preocupação deles é com a obtenção de nota suficiente para a aprovação, independentemente da absorção dos conteúdos, o que evidencia uma problemática recorrente na escola pública.

No que diz respeito às alternativas apontadas pelos entrevistados, quanto à melhoria da qualidade do ensino, além das estratégias motivacionais descritas acima, alertam para a necessidade de fazer funcionar um planejamento coletivo, que tome como parâmetro as dificuldades existentes e foque na perspectiva de superá-las, mediante a adoção de uma estratégia conjunta, alicerçada em um plano de ação que contemple as demandas existentes em cada segmento que constitui a escola: professor, serviço técnico, gestores, alunos e responsáveis.

As informações coletadas sobre o índice de aprovação de alunos concluinte do Ensino Médio, em cursos de nível superior, tomando como base os anos anteriores, indicam que um número muito reduzido de alunos obteve êxito via ENEM, que só reforça nossa análise a partir dos indicadores aqui apresentados.

Todavia, é necessário que a escola não estacione suas ações apenas no reconhecimento dos problemas. Para tanto, precisa criar hipóteses e construir alternativas viáveis a sua resolução, dentre elas, destacamos a ingente tarefa de um pensar coletivo, que materialize a partir das informações coletadas *in loco*, um plano de ação, focalizando todos os setores e seus reais desafios. Ademais, é necessário que a comunidade seja parte desse processo de investigação, a fim de que atue enquanto sujeito transformador, não apenas na coleta de informações, mas na atuação concreta das diretrizes propostas no plano de ação.

Encarar desafios não é tarefa fácil, tampouco admitir as eventuais falhas e irresponsabilidades cometidas por diferentes atores do processo educativo. Entretanto, é imprescindível se despir da vaidade, na perspectiva de reconfigurar o atual cenário educacional existente na escola-campo. A velha tentativa de responsabilizar o fracasso da escola pública apenas por elementos de ordem sistêmica, serve como escudo para a tomada de ações concretas, estacionando a escola e os serviços por ela ofertados, cujas consequências são danosas não somente aos alunos, mas à comunidade escolar e à sociedade como um todo.

## 5. REFERÊNCIAS

**DUBET, François. A escola e a exclusão.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n119/n119a02>.

**LIBÂNEO, José Carlos, et. al. Educação Escolar: Política, Estrutura e Organização.** Editora Cortez, 19ª ed. rev. ampl. São Paulo, 2012.

\_\_\_\_\_. **Educação Escolar: Política, Estrutura e Organização.** Editora Cortez, São Paulo, 2017.

**BOURDIEU, Pierre. Escritos de Educação.** Organizador (Maria Alice Nogueira/ Afranio Catani), 15ª ed. 2014.

**VALIATI, Cláudia Maria de Almeida. Escola de Periferia no olhar do professor.** Revista Espaço Pedagógico, V2, 1995.

**A distribuição espacial e social das escolas em Londrina: contradições e desigualdades sociais** (Taynara Freitas Batista de Souza). Disponível em <http://www.uel.br>

**A escola, a identidade e o protagonismo dos sujeitos educativos: quando a atuação do coordenador pedagógico faz a diferença** (Maria Joselma do Nascimento Franco). Capa > V22. Nº 2; 2015.

**A Idade Contemporânea e os Novos Desafios da Educação.** (Flávio Oliveira). Disponível em <http://www.fo.br>, 2011.

**As responsabilidades sociais da Escola Pública** (Ariana Cosme) página > Edições > nº 142, 2005.

INEP. Taxas de distorção idade-série. In: Indicadores educacionais. Acessado em 07/12/2017. <http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>

**Os maiores desafios da Educação Básica** (Sávio Grossi), 2015. Disponível em <http://www.direcionalescolas.com.br/2015/10>

**Projeto Político-Pedagógico (PPP) 2015-2017**